

Platão e as Crianças com Deficiências

Ana Abadia dos Santos Mendonça¹ 

Universidade de Uberaba, Uberaba, MG, Brasil

1

Resumo

Este estudo propõe uma reflexão sobre a deficiência na era Platão. Associado ao preconceito e suas consequências na sociedade vigente: como era o extermínio das pessoas com deficiência, principalmente crianças, segundo os apontamentos de Platão e os motivos pelos quais o infanticídio acontecia, as várias explicações para tal atitude e a aceitação de tal acontecimento pelos pais das crianças. Foram utilizados textos diversos numa revisão bibliográfica em discussão com os apontamentos de Platão no propósito de identificar como era a cultura de época em que não tinha a pessoa com deficiência um ser humano e cidadão como todas as outras. O extermínio de pessoas deficientes era praticado sem a violação de lei alguma e até com o aval da igreja. A exclusão como consequência dos atos praticados na época e que perpetua até hoje através de outras formas de extermínio, como o preconceito e não aceitação destes indivíduos na escola, no trabalho e na sociedade em geral.

Palavras-chave: Crianças. Deficiência. Extermínio. Platão.

Plato and Children with Disabilities

Abstract

This study proposes a reflection on disability in the Plato era. Associated with prejudice and its consequences in current society: how was the extermination of people with disabilities, especially children, according to Plato's notes and the reasons why infanticide happened, the various explanations for this attitude and the acceptance of such an event by parents of children. Various texts were used in a bibliographic review under discussion with Plato's notes in order to identify what the culture of the time was when the person with disabilities did not have a human being and a citizen like all the others. The extermination of disabled people was practiced without violating any law and even with the approval of the church. Exclusion as a consequence of the acts practiced at the time and that perpetuates today through other forms of extermination, such as prejudice and non-acceptance of these individuals at school, at work and in society in general.

Keywords: Children. Deficiency. Extermination. Plato.

1 Introdução

2

Platão um expoente da filosofia grega antiga, nasceu em 427 a. C. e morreu em 348 a. C. Na sua juventude conheceu Sócrates, seu maior mestre. Estimulou e disseminou vários conceitos matemáticos, foi o primeiro dirigente de uma instituição permanente de investigação científica e filosófica, destinada a pesquisa original e elaborada como organização de esforços de pessoas que vê o conhecimento como algo vivo e dinâmico. Platão criou o discutido mito da caverna. Esse evento tem como personagens homens presos num determinado lugar, que o filósofo chama de caverna, não viam nada além de sombras do exterior do ambiente. Esses indivíduos achavam que todas as sombras eram de um mundo real que estava do lado de fora da caverna. Um dia, um desses homens sai desse espaço em que estavam confinados e depara com uma realidade completamente diferente. Assim percebe que a realidade das sombras era de um mundo falso.

Por cerca de vinte anos Platão dedicou-se ao ensino e à formulação teórica em sua Academia. Nesta, valorizava o culto ao corpo, ao belo, ao forte. Formava os Guardiões e pela primeira vez, ressalta a educação das mulheres para serem esposas destes e também atuar na Academia como palestrantes, assim como faziam os homens.

O pensamento platônico também vem de encontro com as crianças que chegavam ao mundo. Elas eram pré-selecionadas logo após o nascimento. Se fosse portadora de alguma deformidade física e mental, deveriam ser abandonadas nas montanhas ou outros lugares distantes para que morressem devoradas por animais ou morresse de frio, fome. Crianças com deficiências não deveriam ter o direito de viver, para não contaminar a sociedade.

Deficiência, segundo o dicionário Ferreira (2001) é: “Insuficiência orgânica ou mental. Falta, carência”. Pessoa com deficiência é uma expressão que é aplicada a qualquer indivíduo que possua deficiência, seja ela física, intelectual, mental, que tenha transtornos globais do desenvolvimento. Estes indivíduos estão amparados legalmente por diversas legislações brasileiras e mundiais.



Para designar uma pessoa com deficiência, Ferreira (2001) dá as seguintes denominações: insuficiente, insatisfatório, medíocre. De acordo com a psicologia, é uma pessoa que possui suas faculdades físicas e mentais menos compatíveis com as de indivíduos representativos da normalidade.

Associando os dois termos, nota-se que o termo deficiente está direcionado ao termo deficiência, uma vez que a pessoa que é deficiente tem uma deficiência que lhe dá o direito de ser chamada tal como é. Não se pode esquecer que os termos, embora pareça pejorativo, são termos que denotam a condição deste ser humano.

Este artigo procurará esclarecer os diversos conceitos de deficiência, as diversas nuances do termo e das pessoas que fazem parte deste universo, de como ele é visto e aplicado, preconceitos inerentes e, especialmente como Platão, o grande filósofo da Grécia antiga tratava do tema da deficiência e como eram tratadas estas pessoas quando já era explícito o preconceito contra estes seres humanos. Iremos fazer uma viagem no tempo e mostrar como este sentimento agia nas pessoas “normais” e “deficientes”.

A discriminação é relatada desde os primórdios da sociedade e o medo diante do incompreendido, o contato com o diferente mediante ao fato de que numa sociedade que institui resignação e sofrimentos dados às condições de adversidades e condições de sobrevivência, o preconceito torna-se inerente, presente e frequente na sociedade em que a pessoa com deficiência esteja inserida.

Preconceito é uma ação voltada a quem não está dentro do parâmetro da normalidade e é fruto da sociedade que por sua vez é histórico e cultural. São atitudes que se estabelecem nas pessoas demonstrando todo tipo de repulsa, discriminação, desprezo, desamor, repulsão, dentre outras atitudes com o indivíduo com deficiência, não permitindo seu contato com a sociedade, demonstrando que este não faz falta nesse meio, tornando-o “insignificante”, perante a própria pessoa.

Crochik (1996) já dizia:

Como tanto o processo de se tornar indivíduo, que envolve a socialização, quanto o do desenvolvimento da cultura têm se dado em função da adaptação à



luta pela sobrevivência, o preconceito surge como resposta aos conflitos presentes nessa luta (CROCHIK, 1996, p. 11).

Desta feita o preconceito e a discriminação sempre estiveram lado a lado como forma de constrangimento das pessoas excluídas da sociedade por serem diferentes da normalidade e a história mostra que isso acontece desde os tempos mais antigos.

Esta pesquisa visa identificar como era a cultura da era Platão e discutir como eram tratados e excluídos estes indivíduos da sociedade da época.

4

2 Metodologia

É um estudo bibliográfico, voltado para a discussão do tema com ênfase na deficiência na era Platão.

Oportunizamos a criação de interlocução entre os textos de autores diversos e de Platão propriamente dito numa discussão que prioriza a compreensão da cultura daquela época em que as pessoas com deficiências congênitas ou adquiridas não tinham outra opção senão a extinção delas por parte da família e/ou sociedade.

3 Resultados e Discussão

Deficiência é o termo usado para definir como uma pessoa é em relação a outras representativas da normalidade. Pode ser física, intelectual, com transtornos globais do desenvolvimento. Na sua maioria possui ausências ou anomalias psíquicas, fisiológicas e/ou anatômicas. Algumas pessoas nascem com deficiência, outras adquirem por ocasião de patologias ou acidentes externos.

Ao longo da história, vários termos foram usados para designar as pessoas que possuem uma disfunção que as caracterizam com pessoas com deficiência: inválidos, incapacitados, incapazes, defeituosos, deficientes, excepcionais, pessoas deficientes, portadores de deficiência, pessoas com necessidades especiais, portadores de direitos especiais e por fim nos dias de hoje, pessoas com deficiência.



Refletindo sobre deficiências, preconceito seus impactos na pessoa com deficiência, vamos descrevendo as diversas deficiências, o conceito médico e suas implicações na vida destas pessoas e por acréscimo de seus familiares.

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (ICIDH) recomenda que a classificação do conceito de deficiência possa ser adotada a diversos aspectos da saúde e da doença, sendo assim referência para a área. Ela estabelece com rigor e objetividade uma escala de deficiências e seus respectivos códigos e propõe que os mesmos sejam utilizados pela Classificação Internacional de Doenças (CID) para os serviços de medicina, reabilitação e segurança social.

De acordo com a ICIDH são conceituadas:

Deficiência:

Perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão (AMARALIAN, 2000).

Incapacidade:

Restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária (AMARALIAN, 2000).

Desvantagem:

Prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência (AMIRALIAN, 2000).

As conceituações fortalecem a discussão e mostra que para o termo deficiência, estão agregados vários aspectos que estabelecem conjuntamente o grau de relevância que o tema requer. Não podemos falar somente em deficiência sem prestar atenção à incapacidade e à desvantagem. A pessoa com deficiência, na sua maioria, tem conjuntamente todos estes aspectos com algumas exceções: uma pessoa com





deficiência não tem esta associação. Elas estão com seus cognitivos preservados e podem exercer qualquer tarefa ou profissão que exigem o máximo de si mesmos.

A pessoa com deficiência é sempre representada como um indivíduo que não dá conta de fazer tudo sozinho. É uma pessoa frágil que impossibilita muitas vezes fazer sua própria higiene, se alimentar sem o auxílio de um cuidador. É um ser incapaz de ter todos os requisitos de sobrevivência humana numa sociedade competitiva.

Silva (2006) que a sociedade humana possui interesse altamente econômico e tem como parâmetro que o corpo perfeito é sinônimo de lucro. E é esse corpo sem disfunção, sem anomalias que consegue competir no mercado de trabalho.

Ainda nas palavras de Silva (2006), o corpo que nada se assemelha ao perfeito é um entrave para a produção e as pessoas consideradas fortes se sentem ameaçados pela fragilidade humana da pessoa com deficiência. Surge o preconceito.

Preconceito segundo Ferreira (2001): Ideia preconcebida. Suspeita, intolerância, aversões a outras raças, credos, religiões, etc.

O preconceito, que é uma estruturação individual para determinado assunto ou pessoa, um prejulgamento, um juízo de valor sem nenhuma razão e que se manifesta por meio da discriminação. Crochik (1997, p. 19): “A obrigatoriedade da certeza traz a necessidade de respostas rápidas, colocadas em esquemas anteriores, que se repetem independentemente das tarefas às quais se destina, gerando uma estereotipia nas ações e procedimentos”.

Ele está associado às formas como tratamos as pessoas, como conversamos com elas, às atitudes presentes no dia a dia. A fala muitas vezes não condiz com a ação. Dizer palavras que nada tem a ver com preconceito: não sou preconceituoso, não tenho preconceito, e quando depara com uma situação em que é colocado à prova, acontece o contrário. Não se julga pronto para encarar a realidade e se esquia quando o momento seria de enfrentamento.

O preconceito, que é a maneira como o indivíduo age com relação às pessoas com deficiências e outras abrangências humanas, e ela independe de como é o conceito universal do certo. O preconceituoso age em detrimento do outro, mas demonstrando





suas representações de interesse e assim se relaciona com aquilo que lhe interessante (CROCHIK, 1997). O indivíduo preconceituoso fecha-se em seus princípios, tendo assim um impedimento de conhecer sobre o outro e não aceita rever suas posições, suas opiniões, não ultrapassando assim o juízo de valor que ele tem (SILVA, 2006).

Sabe-se que a maior contribuição para a discriminação das pessoas com deficiência vem da cultura grega e segundo Blackburn (2006), um dos mais admirados filósofos gregos foi Platão. Ele idealizava uma sociedade perfeita dizendo que a união de pessoas perfeitas como no casamento era para dar indivíduos melhores. Isto porque, segundo a teoria dele, o conhecimento é nada mais do que uma interpretação da realidade, através de ideias, signos, símbolos, significante/significado. Assim ele dizia que o conhecer não é uma “apreensão real imediata ou mediata ou das coisas do mundo”, mas de sua Idea, modelo, paradigma (Platão).

Platão defendia e ordenava que as crianças que tivessem alguma doença, deveria ser descartada por seus pais ou outras pessoas, em um lugar desconhecido e secreto. Quanto aquelas que tivessem alguma deficiência deveriam ser largadas à própria sorte em lugares também desconhecidos para o encontro com a morte. Deleuze (1997, p. 154), afirma que o “platonismo aparece como doutrina seletiva”.

Platão, primitivamente, pregava a eugenia. “Para os filhos dos indivíduos inferiores e mesmo os dos outros que tenham alguma deformidade, serão levados a paradeiro desconhecido e secreto” (PLATÃO, 1997, p.163). Sabe-se que as famílias levavam a sério este assunto, pois elas não vacilavam para fazer o descarte de seus filhos.

A ideia do abandono dessas crianças era tão forte e certa que existia assessores do filósofo que percorriam as casas para realizar as avaliações nas crianças e ordenavam a retirada delas do convívio social, através de seus métodos de descarte e assim, acreditavam que estavam melhorando a raça humana. Platão pregava que a medicina deveria ser para os indivíduos que possuíam um corpo perfeito.

Assim os pensamentos de Platão ao mito da depuração da raça de Darwin (teoria da evolução pela seleção, onde os mais fracos se acabam em detrimento dos



mais fortes) deram origem a eugenia. Segundo Gonçalves (2006), a eugenia é ciência que busca o refino da raça humana através da genética. Assim segundo as ideias de Platão, ao eliminar as crianças com deficiências e doentes, a raça humana estaria melhorando no seu refino e assim tornaria as pessoas mais fortes. O Estado precisava de gente resistente e com boa genética e descartando aqueles que não eram nada disso, estariam protegendo a raça humana. As pessoas com deficiências ou com enfermidades só causariam transtornos a todos.

Embaladas pelas ideias de Platão, Esparta e Atenas também se sucumbiam a este pensamento. Crianças eram consideradas propriedade do Estado e as nascidas com alguma deformidade, eram examinadas assim que vinham ao mundo. Se consideradas “fracas” eram jogadas em um abismo e as que eram consideradas “fortes” eram criadas até os 12 anos e depois levadas até o campo e ali deveriam ser capazes de sobreviverem sozinhas e se tornarem guerreiros (PASTORE, 2000).

As crianças, ao nascerem eram levados a uma espécie de comissão oficial de Platão que fazia com toda autoridade a rejeição ou não do bebê para a sociedade.

Conforme estas leis, Silva (1986) escreve:

Se lhes parecia feia, disforme e franzina, como refere, Plutarco, esses mesmos anciãos, em nome do Estado e da linhagem de famílias que representavam, ficavam com a criança. Tomavam-na logo a seguir e a levavam a um local chamado Ápothetai, que significa depósito. Tratava-se de um abismo situado na cadeia de montanhas Tahgetos, perto de Esparta, onde a criança era lançada e encontraria a morte, pois, tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto como desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida (SILVA, 1986, p. 122).

A pessoa com deficiência é a representação da fragilidade do ser humano. Esta visão tende a ser repudiada pela sociedade desde a antiguidade, que sempre cultivou o belo, cultuando sempre o corpo perfeito. Haja vista Platão que visava o culto ao corpo como forma de domínio do homem sobre a mulher e para preparar os guardiões ao serviço do Estado. Assim sendo uma pessoa com deficiência não poderia participar das academias como homem e nem da educação dos filhos como mulher (mucama) dos filhos das mulheres dos guardiões. O corpo malfeito, com deficiência, é um entrave à

produção e os considerados fortes se sentem ameaçados pela fragilidade humana da pessoa com deficiência (SILVA, 2006).

Tannery (1954), no Livro III da “República de Platão”, assegura que o filósofo fazia a seguinte afirmação:

A força do corpo também deve ser cuidada e caberá à ginástica - lá, sem ter, contudo, por finalidade a formação exclusiva de atletas. A alimentação será simples e simples será também a medicina que deve ser reduzida ao seu estado primitivo, isto é, o de atender aos acidentes mais banais. Aos inválidos não serão dados cuidados: serão simplesmente abandonados (TANNERY, 1954, p. 25).

O extermínio de crianças com deficiências era tão comum na Grécia antiga que, mesmo outros filósofos da época estavam de acordo com esse costume. Acreditavam que estas crianças estariam carregando o demônio no corpo, pois nessa época, era comum a prática de magia, na qual se o evocavam como parte desta e o homem “passou a ser considerado como um ser submetido a poderes invisíveis, tanto para o bem como para o mal” (AMIRALIAN, 2000).

Platão (1986) afirmou:

[...] no que concerne aos que receberam corpo mal organizado, deixa-os morrer [...] quanto às crianças doentes e às que sofrerem qualquer deformidade, serão levadas, como convém, a paradeiro desconhecido e secreto (PLATÃO IN SILVA, 1986, p. 124).

A cegueira, a surdez, a deficiência mental, seriam limitadores e impeditivos à conquista da condição humana, pois não permitiriam a conquista da condição do ser universal, livre e consciente, própria do humano genérico. O cego, o surdo, o deficiente mental, não passariam para Platão, além da condição de animal.

A pessoa com deficiência é afastada da “normalidade da razão”, própria da idade adulta, e, ao mesmo tempo, considerada uma ameaça à ordem e harmonia sociais.

Ghiraldelli (1997), fala:

Essa criança ameaçadora na sua força animal bruta, essa criança deve ser domesticada e amestrada segundo normas e regras educacionais fundadas na ordem da razão (logos) e do bem tanto ético quanto político, em vista da construção da cidade justa (GHIRALDELLI, 1997, p. 86).



A pessoa com deficiência teria toda sua produção, toda sua vida relacionada à condição física imediata e então não era produtiva. Assim na perspectiva local, ao invés de impor-se como pessoa, estaria presa e limitada à sua deficiência.

Platão fala no terceiro livro de sua obra “A República” o sacrifício dos fracos e inválidos sob o argumento do bem-estar social e econômico.

Silva (2003) salienta que:

Estabelecerá em nossa república uma medicina e uma jurisprudência que se limite ao cuidado dos que receberam da natureza corpo são e alma formosa; e pelo que toca aos que receberam corpo mal organizado, deixá-los morrer e que sejam castigados com pena de morte os de alma incorrigível (SILVA, 2003, p. 4).

Platão considerava que, aquele que não fosse capaz de viver desempenhando as funções que lhe são próprias, não deveria viver. Se assim fosse ele ficaria dependendo da sociedade e está estaria ligada ao Estado e o indivíduo não poderia sucumbir a este tipo de assistência, pois ele seria caro e este indivíduo não iria servi-lo como era de praxe.

Platão compara o ser humano ao animal irracional, considerando que da mesma forma que os animais eram selecionados para poderem ter as melhores crias, os magistrados deveriam promover o casamento entre homens e mulheres aptos a gerarem filhos robustos para que fossem úteis aos objetivos do Estado. Sendo que, ao Estado, caberia evitar o casamento entre “débeis mentais”, visto que os de má formação seriam eliminados.

Desta feita vê-se, o fato mais marcante na sociedade grega em relação às pessoas com deficiências foi a prática da eliminação. De acordo com diversos autores, houve uma situação de abandono que conduzia, na grande maioria das vezes, à morte. [...] na República de Platão [...] apenas os bem formados de corpo e de espírito teriam qualquer papel. A criança ou o adulto deficiente estaria, nessa realidade, fadado a morrer (BOTURA; MANZOLI, 2003, p. 24).

As crianças com deficiências física ou mental eram consideradas subumanas, o que justificava sua eliminação ou abandono pois acreditavam que a sociedade estaria





mais saudável sem a presença delas e assim poderia servir ao Estado como era de costume na época.

4 Considerações finais

11

Para Platão a deficiência era o fator primordial para a eliminação de pessoas consideradas inaptas para a vida. Ele viveu numa época em que se tinham poucas informações a respeito de pessoas com deficiências. Por ser um filósofo de pensamentos ligados ao culto ao corpo, ao belo, ao vigor físico, ao desprovido de fraquezas, institucionalizou a exclusão das pessoas que possuíam deficiência exterminando-as, pois as relacionavam com seres sobrenaturais, cheios de males. A permanência destes “seres” junto a sociedade poderia contaminá-la, pois eram a prova material do castigo divino. Platão primitivamente pregava a eugenia.

Só eram permitidos permanecer no meio da sociedade vigente, crianças que não apresentavam deformidades físicas ou mentais e a medicina deveria se preocupar com os indivíduos sadios porque estes, serviriam ao Estado.

O infanticídio determinado por Platão ainda ocorre nos dias de hoje, quando uma pessoa com deficiência é marginalizada. A sociedade não vê com bons olhos um deficiente na escola, num atendimento ao cliente, num passeio, numa festa, etc. A arrogância das pessoas “normais” não aceitando estes seres humanos no convívio da sociedade em geral, favorece o aparecimento do preconceito. Mas, sem dúvida, a principal herança negativa deixada pelos gregos está no culto ao belo, ao vigor físico. A busca pelo culto ao corpo é desprovida da anomalia, sendo que as pessoas com deficiência nunca poderão alcançar.

No nosso dia a dia estamos sempre nos deparando com pessoas com deficiências. Isto acontece na vida profissional, social, familiar, escolar, religiosa, etc. Estas pessoas estão tomando seu lugar na sociedade e mostrando que tem disposição, competência, vontade e força, dentre outros. Muitas destas pessoas já são capazes de





lidar com o preconceito, com a indiferença, com a intransigência de homens e mulheres que não acreditam no seu potencial.

Referências

12

AMIRALIAN Maria LT, Elizabeth B Pinto, Maria IG Ghirardi, Ida Lichtig, Elcie FS Masini e Luiz Pasqualin. **Conceituando deficiência** Rev. Saúde Pública, 34 (1): 97-103, 2000 www.fsp.usp.br/rsp.

BLACKBURN, S. **A República de Platão: uma biografia**. São Paulo: Atlas, 2008.

BOTURA, G. C. B.; MANZOLI, L. P. **A história da Educação Especial na cidade de Ribeirão Preto: um resgate da memória**. Disponível em: http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/213GeraldaBressianiBotura_e_LuciManzoli.pdf. Acesso em: 28 dez. 2012.

CROCHIK, J. Leon. **Aspectos que permitem a segregação na escola pública**. In: Conselho Regional de Psicologia: Educação especial em debate. São Paulo: Casa do Psicólogo 1996. p. 13-22.

CROCHIK, J. Leon. **Preconceito. Indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio da Língua Portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GHIRALDELLI Jr., P. (Org.). **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

GONÇALVES, A. B. **A Eugenia de Hitler e o racismo da ciência**. Revista Prática Jurídica, Brasília, jul 2006, ano V, n.52.

PASTORE, J. **Oportunidade de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo: LTR, 2000.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

PLATÃO **A República**. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian, 1996. 513p.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2003.





SILVA, José Afonso. **Época Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo; Caderno Cedes, 1986.

SILVA, L. M. **O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, set/dez 2006. v. 11 n. 33.

TANNERY, P. **Platão – vida, obra, doutrina**. In: PLATÃO. Diálogos: Mênon – Banquete – Fedro. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1954. p. 13-52.

ⁱ **Ana Abadia dos Santos Mendonça**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5478-0290>

Universidade Federal de Uberlândia, Universidade de Uberaba, UNIASSELVI

Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), Especialista em Língua Brasileira de Sinais, Psicomotricidade e Educação Especial com Ênfase em Educação Inclusiva pela UNIASSELVI e Especialista em Educação Escolar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade de Uberlândia (UFU) e Graduação em Pedagogia pela UFU.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1002426699157378>

E-mail: ana_abadia@yahoo.com.br

Editora responsável: Cristine Brandenburg

Como citar o artigo:

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. Platão e Crianças com Deficiências. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 2, n. 3, e233849, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.47149/pemo.v2i3.3849>

